





1  
ACABAR COM A FOME  
E A MISÉRIA



2  
EDUCAÇÃO BÁSICA  
DE QUALIDADE PARA  
TODOS




3  
IGUALDADE ENTRE  
SEXOS E VALORIZAÇÃO  
DA MULHER




4  
REDUZIR A  
MORTALIDADE INFANTIL



5  
MELHORAR A SAÚDE  
DAS GESTANTES




6  
COMBATER A AIDS,  
A MALÁRIA E OUTRAS  
DOENÇAS



7  
QUALIDADE DE VIDA  
E RESPEITO AO MEIO  
AMBIENTE



8  
TODO MUNDO  
TRABALHANDO PELO  
DESENVOLVIMENTO



9  
DEL E EQUIDADE SOCIAL  
NO CONLESTE

# OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO

MARICÁ

LINHA-BASE 2000 / 2006

Relatório de Acompanhamento

# EXPEDIENTE E CRÉDITOS

## IDEALIZAÇÃO

Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos ONU-HABITAT / ROLAC e Petrobras:

*Cecília Martinez Leal*

Diretora do Escritório Regional para América Latina e o Caribe do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos ONU-HABITAT / ROLAC

*Paulo Roberto Costa*

Diretor de Abastecimento da Petrobras

## COORDENAÇÃO GERAL E SUPERVISÃO

Escritório Regional para América Latina e o Caribe do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, ONU-HABITAT/ROLAC

*Erik Vittrup Christensen, Oscar*

*Fernando Marmolejo Roldan, Fernanda Porto Aranha, Rayne Michelli Ferretti e Daniele Kowalski.*

## FINANCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO NO COMITÊ DE COORDENAÇÃO

Petrobras, por meio do Centro de Informações do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ

*Abdo Gavinho, Paula Anastácia de Amorim Santos, Marcelo Honor dos Santos, Carlos Renato Lemos Rodrigues, Isabela Lemos da Costa e Pedro Carlos Lemos da Costa.*

## PESQUISA, ANÁLISES E DOCUMENTAÇÃO

Universidade Federal Fluminense

FACULDADE DE ECONOMIA

*Jorge Britto, Carlos Guanziroli, Alberto Di Sabbato, Ruth Dweck, Cláudio Considera, Leonardo Mulls, Luciano Losenkan, Daniel Ribeiro de Oliveira, Gustavo Abrahão Flores, Felipe Pinheiro, Patrícia Antunes Ferreira*

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

*Jorge Nassim Vieira Najjar, Sueli Camargo Ferreira, Crisostómo Lima do Nascimento, Alexandre Mendes Najjar, Gelcinete Lopes da Silva, Matheus Ribeiro Motta de Almeida, Valéria da Silva Coelho*

INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL

*João Batista de Abreu Junior, Luiz Edmundo de Castro, Dante Gastaldoni, Wilson Soares de Magalhães, Denis Augusto Bueno de Camargo, Emily Luizetto de Carvalho, Erika Dallier, Heverton Souza Lima, Leonardo Nascimento, Luiz Guilherme Dias Fernandes, Maria Luiza de Castro Muniz*

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

*Guilherme Borges Fernandez, Raúl Sánchez Vicens, Reiner Olíbano Rosas, Eduardo Manoel Rosa Bulhões, Felipe Mendes Cronenberg, Thais Baptista da Rocha, Natalie Chagas Slovinski, Felipe Pires do Rio Mazur, Thais Dornellas*

INSTITUTO DE SAÚDE DA COMUNIDADE

*Edna Massae Yokoo, Hélia Kawa, Luciana Tricai Cavallini, Ana Paula Costa Resendes, Andreia Sobral de Almeida*

NÚCLEO DE ESTUDOS E PROJETOS HABITACIONAIS E URBANOS

*Regina Bienenstein, Fernanda Sánchez, Cássio de Almeida Freitas, Daniela Vieira do Amaral Correia, Eptácio Pandia Dias Reis, Carolina da Costa Leal, Daiane Santos Silva Viana, Luiz Eduardo Souza de Lima, Núbia Vitória Marquez Maruad Fe da Cruz*

## GERÊNCIA FINANCEIRA

Fundação Euclides da Cunha (FEC)

## PROJETO GRÁFICO

Instituto de Arte e Comunicação Social – IACS/UFF, Laboratório de Livre Criação  
*Joana Lima, Marina Boechat e Rosa Benevento*

## REVISÃO

*Fernanda Porto Aranha*

## IMPRESSÃO

Gráfica Minister

ISBN: 978-92-1-132098-5

ISBN (Série): 92-1-131407-0  
HS/1132/09S

## AGRADECIMENTOS

Os responsáveis pelo Projeto gostariam de agradecer às seguintes instituições pela colaboração gentil na elaboração deste boletim: IBGE; Fundação CIDE; DATASUS; IPEA; INEP; UNISYS/DATAMEC; AMPLA; Águas de Niterói; CEDAE; AMAE; SAAE - CA.

Nosso reconhecimento pela inestimável contribuição nesse projeto ao Reitor da Universidade Federal Fluminense (UFF), Prof. Roberto de Souza Salles; à diretora do Escritório Regional para América Latina e o Caribe (ONU-HABITAT/ROLAC), Dra. Cecília Martínez Leal; a Francesca Piló (ONU-HABITAT); ao diretor executivo do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense (CONLESTE), Dr. Álvaro Adolpho Tavares dos Santos; a Abdo Gavinho (Petrobras); a Ivan Dantas Mesquita Martins (Engenharia IIEABAST/IEPQF - Petrobras); ao Dr. Ricardo Friede (UNISYS/DATAMEC), ao Prof. César Von Dollinger, Fundação Euclides da Cunha (FEC), às equipes das prefeituras e à população dos municípios do CONLESTE (Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Itaboraí, Guapimirim, Maricá, Magé, Niterói, Rio Bonito, São Gonçalo, Silva Jardim e Tanguá).

# PREFÁCIO

## O COMPERJ E O CONLESTE – DESAFIOS PARA A REGIÃO

A iniciativa da Petrobras de realizar investimentos da ordem de US\$ 8,4 bilhões na implantação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), no município de Itaboraí, trará mudanças significativas para a atual configuração econômica, populacional, urbanística, habitacional, ambiental, de mobilidade urbana, ordenamento territorial, educação, saúde e segurança urbana em toda a região.

Neste contexto, o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense - CONLESTE - surge como o instrumento de parcerias e de alianças intermunicipais, para propiciar soluções integradas e compartilhadas aos desafios comuns, a fim de potencializar os aspectos positivos do COMPERJ e minimizar seus aspectos negativos. O consórcio assume o papel de integrador e planejador de políticas que possibilitem o desenvolvimento sustentável dos onze municípios que o conformam.

Na região do CONLESTE, os impactos positivos do COMPERJ podem contribuir para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), desde que sejam implementadas políticas públicas a partir de uma agenda integrada que norteie ações nos níveis local e regional.

## A PETROBRAS E O PACTO GLOBAL DA ONU

Em sua trajetória, a Petrobras se destaca como pioneira ao aderir aos princípios do Pacto Global da ONU e assumir compromissos para que os Objetivos e as Metas do Milênio - estabelecidos por países-



membros das Nações Unidas - orientem sua política de responsabilidade social empresarial.

Seguindo esses princípios, a Petrobras cria o Centro de Informações do COMPERJ como modelo inovador na gestão inclusiva do conhecimento. Este centro será responsável pela produção e disseminação de informações e de dados nas áreas ambiental, habitacional, social, educacional, econômica e de saúde, fornecendo insumos para a formulação de políticas públicas na região.

## O PROJETO DE OBSERVAÇÃO INTERNACIONAL DO COMPERJ SOBRE OS ODMs NA REGIÃO

Em consonância com o Pacto Global, a Petrobras implementa um projeto pioneiro no mundo: o monitoramento dos impactos de sua atividade industrial sobre os ODMs na região do CONLESTE. Este projeto é realizado em parceria entre o Centro de Informações do COMPERJ, a Universidade Federal Fluminense (UFF) e o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-HABITAT), tendo como objetivo a constituição de um banco de dados georeferenciado com informações socioeconômicas e ambientais sobre a região, assim como o desenvolvimento de competências locais e regionais.

Por meio de relatórios semestrais, o projeto acompanha os indicadores do Milênio, observando a evolução das cadeias produtivas instaladas na região, o fluxo escolar das redes públicas de ensino, indicadores de saúde materna, de mortalidade infantil, de doenças de maior incidência e de violência, a evolução dos assentamentos precários, do uso e ocupação do solo, das condições de saneamento ambiental e das áreas

de preservação ambiental.

O fortalecimento das competências locais está sendo realizado por meio de cursos de capacitação em geoprocessamento para os gestores dos onze municípios. Além disso, será implementado na região o Prêmio de Boas Práticas de Desenvolvimento Sustentável, que pretende identificar, promover e divulgar os projetos de maior relevância para a melhoria das condições de vida da população desses municípios.

Espera-se que este boletim, que mapeia os indicadores do Milênio entre os anos 2000 e 2006, sirva de referência aos governos e instituições do CONLESTE para a elaboração de políticas públicas socioeconômicas e ambientais, capazes de inserir a região em um processo de desenvolvimento sustentável acompanhado da redistribuição de renda e da erradicação da pobreza.



## NOTA SOBRE O PROJETO GRÁFICO

*Os coletivos humanos tendem a se organizar em torno de necessidades pontuais e efêmeras, o que torna o fenômeno urbano algo múltiplo, complexo e polifônico. O projeto gráfico elaborado procura reproduzir essa multiplicidade, que é a vida fervilhante dos coletivos, nas pinceladas irregulares e cheias de textura. Enquanto isso, aponta, nos quadrados transparentes e coloridos, para a disciplina do estudo presente, que procura, por meio de objetivos e indicadores, descobrir e ordenar padrões que norteiem o crescimento sustentável dos municípios estudados.*


*Joana Lima, Marina Boechat e Rosa Benevento*  
LABORATÓRIO DE LIVRE CRIAÇÃO  
INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL





# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	06
<b>ODM 1</b>   ERRADICAR A EXTREMA POBREZA E A FOME .....	07
<b>ODM 2</b>   UNIVERSALIZAR A EDUCAÇÃO PRIMÁRIA E AMPLIAR A COBERTURA DA EDUCAÇÃO MÉDIA E DA EDUCAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL.....	09
<b>ODM 3</b>   PROMOVER A IGUALDADE ENTRE OS SEXOS E A AUTONOMIA DAS MULHERES .....	12
<b>ODM 4</b>   REDUZIR A MORTALIDADE NA INFÂNCIA .....	14
<b>ODM 5</b>   MELHORAR A SAÚDE MATERNA .....	16
<b>ODM 6</b>   COMBATER O HIV/AIDS, A MALÁRIA E OUTRAS DOENÇAS .....	18
<b>ODM 7</b>   GARANTIR A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL .....	20
<b>ODM 9</b>   ACELERAR O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL, COM REDUÇÃO DE DESIGUALDADES NA REGIÃO DO CONLESTE .....	23



# INTRODUÇÃO

Este boletim apresenta o mapeamento do município de Maricá entre os anos 2000 e 2006 que permitirá conhecer o cenário anterior ao anúncio oficial da implantação do empreendimento COMPERJ. Representa uma referência temporal, constituindo uma linha base para o monitoramento dos impactos do empreendimento sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODMs.

Durante os meses de novembro de 2007 a março de 2008, foi realizado um processo participativo de adaptação dos Objetivos, dos Indicadores e das Metas do Milênio para a região do CONLESTE, que culminou com o estabelecimento de 8 Objetivos, 23 metas e 58 indicadores. Neste processo, foi acordado que o Objetivo 8, relacionado a: "estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento" não se aplica ao escopo do projeto. Um objetivo adicional, o ODM 9, foi elaborado e enunciado como se segue: "acelerar o processo de desenvolvimento local com redução de desigualdades na região do CONLESTE".

O sistema composto por 58 indicadores, validados entre a equipe de UN-HABITAT e as seguintes equipes da UFF - Faculdade de Educação, Instituto de Saúde da Comunidade, Instituto de Geociências, Faculdade de Economia, Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos (NEPHU) - com a participação de gestores locais do CONLESTE, foi organizado a partir dos seguintes critérios:

- Manutenção ou aproximação máxima dos indicadores sugeridos pela ONU;
- Seleção de indicadores diretamente relacionados à meta (sensíveis às mudanças requeridas pela meta);

- Seleção de indicadores passíveis de atualização periódica, preferencialmente anuais e com série histórica disponível a partir de 1990;
- Utilização de bases de dados e metodologias consolidadas.

A equipe do Instituto de Arte e Comunicação Social (IACS/UFF) documentou por meio de fotografias e vídeos o processo das 65 reuniões de trabalho, nas quais participaram os poderes públicos dos onze municípios que conformam o consórcio, as instituições que elaboram e sistematizam dados e informações (IBGE, CIDE, DATASUS, INEP, UNYSIS-DATAMEC, IPEA, entre outras), as Comissões Municipais de Emprego e Renda, algumas Câmaras de Dirigentes Lojistas (CDL), os pesquisadores da Universidade Federal Fluminense (UFF) e os especialistas do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos UN-HABITAT.

O princípio norteador do projeto é o direito pleno à cidade, que pressupõe a erradicação da pobreza e a melhoria geral das condições de vida dos habitantes dos municípios do CONLESTE, em consonância com os ODMs e com os princípios do Pacto Global da ONU.



1

ACABAR COM A FOME  
E A MISÉRIA

# ODM1

## ERRADICAR A EXTREMA POBREZA E A FOME

---

**Meta 1A** Reduzir a um quarto entre 2000 e 2012 a proporção da população com renda inferior a meio salário mínimo mensal.

Indicadores:

- Participação dos 20% mais pobres da população na renda dos municípios
- Distribuição das pessoas abaixo da linha da pobreza

Os impactos do COMPERJ e o acompanhamento da evolução do número de famílias que pertencem às faixas de renda mais baixas nos municípios do CONLESTE permitirão estabelecer indicadores de redução da pobreza e de desigualdade de rendimentos. Para calcular a renda da população e, conseqüentemente, estimar a pobreza, utilizou-se a variável renda do Censo Demográfico IBGE do ano 2000. Para os anos posteriores (2001-2006), foi feita uma extrapolação com base na variação do PIB de cada um dos 11 municípios.

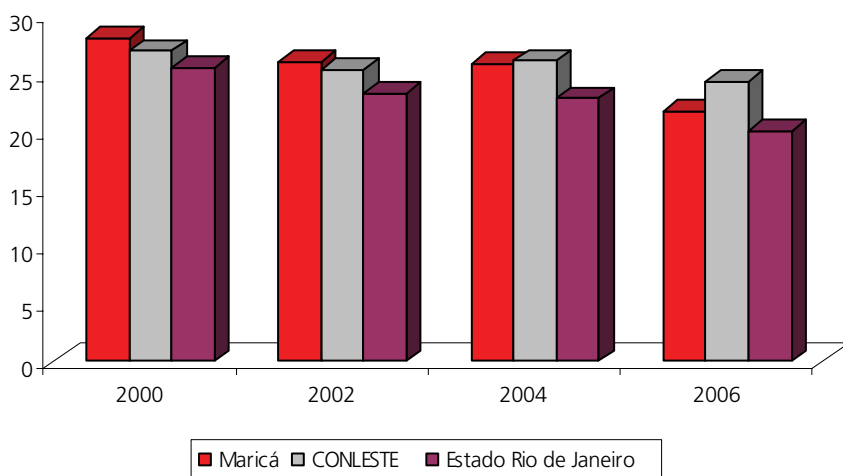
Em termos da região do CONLESTE como um todo, seus municípios demonstraram possuir relativamente mais pobres do que o Estado do Rio de Janeiro (24,30% e 19,99%, respectivamente). O município de Maricá apresentava, em 2006, relativamente menos pobres (21,7%) do que o conjunto

do CONLESTE (24,3%), porém mais em relação ao total do Estado do Rio de Janeiro (20,0%). Dentre os municípios do CONLESTE, aquele município ocupava a 5ª melhor posição em termos dos níveis de pobreza.

Para análise das condições de pobreza foi utilizado o critério definido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que estabelece para o Estado do Rio de Janeiro os seguintes valores para definir a linha da pobreza: R\$117,34 para a região metropolitana, R\$99,56 para a região urbana e R\$89,61 para região não-urbana (valores em reais do ano 2000).

Entre 2000-2006, o percentual de pobres reduziu-se em 6,3 pontos percentuais naquele município, uma variação acima da média do CONLESTE (2,6 pontos) e do total do Estado do Rio de Janeiro (5,4 pontos).

Distribuição da população abaixo da linha da pobreza



Fonte: Elaborado pela equipe de Economia a partir de dados do Censo Demográfico 2000 (IBGE) e da PNAD (IBGE)



**2**

**EDUCAÇÃO BÁSICA  
DE QUALIDADE PARA  
TODOS**

# ODM2

## **UNIVERSALIZAR A EDUCAÇÃO PRIMÁRIA E AMPLIAR A COBERTURA DA EDUCAÇÃO MÉDIA E DA EDUCAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL**

**META 3A** Garantir que, até 2012, as crianças de todos os municípios do CONLESTE, independentemente de cor/raça, concluam o Ensino Fundamental.

Indicadores:

- Taxa de matrícula escolar líquida das pessoas de 7 a 14 anos, por grupos de idade e nível de ensino
- Taxa de matrícula escolar bruta das pessoas de 7 a 14 anos de idade
- Taxa de distorção idade / conclusão no Ensino Fundamental
- Taxa de distorção idade / série no Ensino Fundamental
- Taxa de masculinidade nas matrículas do Ensino Fundamental
- Taxa de masculinidade na conclusão do Ensino Fundamental

**META 3B** Garantir a ampliação da cobertura no Ensino Médio.

Indicadores:

- Taxa de matrícula escolar líquida das pessoas de 15 a 17 anos, por grupos de idade e nível de ensino
- Taxa de matrícula escolar bruta das pessoas de 15 a 17 anos de idade
- Taxa de distorção idade / conclusão no Ensino Médio
- Taxa de distorção idade / série no Ensino Médio
- Taxa de masculinidade nas matrículas do Ensino Médio
- Taxa de masculinidade na conclusão do Ensino Médio

**META 3C** Garantir a ampliação da cobertura na educação técnica profissional.

Indicadores:

- Taxa de matrícula escolar líquida das pessoas por grupos de idade nos cursos de educação técnica profissional em nível médio, segundo o sexo
- Taxa de distorção idade / conclusão dos alunos dos cursos de educação técnica profissional em nível médio
- Taxa de permanência dos alunos do Centro de Integração do COMPERJ por curso, município e nível de escolaridade

O acesso ao ensino fundamental na região do CONLESTE é hoje praticamente universalizado. Contudo, a retenção e a evasão escolar têm inviabilizado que muitos percorram o fluxo escolar de maneira adequada. Assim, os indicadores referentes à defasagem<sup>1</sup> em termos de idade e sexo para diferentes etapas do ensino refletem os principais problemas existentes na escola. A fim de garantir a meta de universalização do ensino fundamental e ampliação do ensino médio, é necessário implementar políticas efetivas tanto de acesso quanto de permanência na escola nessas duas etapas do ensino.

Com relação à taxa de masculinidade, observa-se que o acesso de homens

e mulheres ao ensino fundamental não apresenta discrepâncias, embora esta mesma taxa mostre grande distorção entre os sexos quanto à conclusão deste nível de ensino. Para dar conta das metas deste ODM, serão necessárias políticas específicas para a manutenção dos alunos do sexo masculino no interior da escola. Da mesma forma que o observado no ensino fundamental, a região precisará de grande esforço para melhorar o fluxo educacional no ensino médio, buscando equacionar o problema das reprovações, primeira causa de retenção.

Há de se atentar que o potencial aumento da demanda ocasionado pela implantação do COMPERJ pode,

se não for desde já equacionado pelo Poder Público, trazer sérias consequências para as redes de ensino médio, pela carência de professores e prédios escolares.

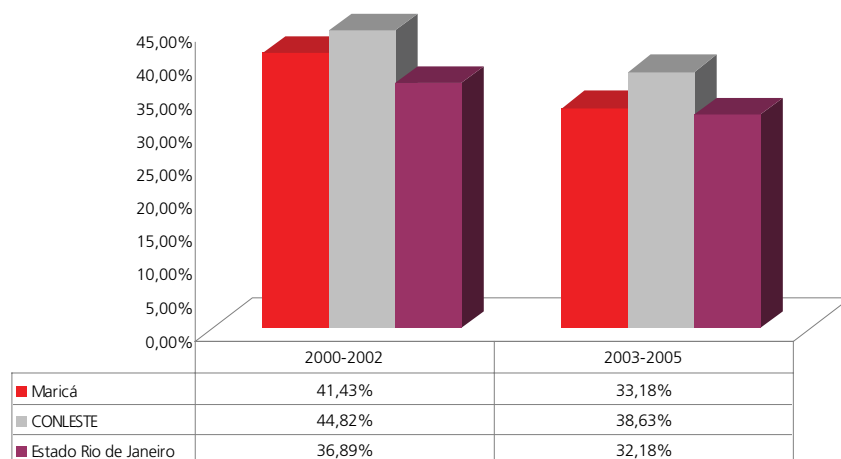
Os indicadores “a” e “b” referentes à educação técnica-profissional ainda estão sendo trabalhados e recebendo outro tratamento, em função da inexistência de um banco de dados oficial sobre tais questões. Quanto ao indicador “c”, referente aos cursos de capacitação do Centro de Integração do COMPERJ, este começa a ser monitorado a partir do primeiro semestre de 2008, e, portanto, ainda não faz parte desta análise.

Os dados anuais relativos à distorção idade/conclusão no Ensino Fundamental no município de Maricá apresentam um decréscimo nos cinco primeiros anos do período de referência, vindo a possuir uma relativa estabilização no último ano (2005). O gráfico demonstra esta tendência de queda, pois a média dos anos de 2003-2005 é cerca de 8% inferior à dos anos 2000-2002. A distorção em Maricá é menor do que a encontrada na média dos municípios do CONLESTE e semelhante à do Estado do Rio de Janeiro no segundo período retratado no gráfico.

Quanto à distorção no Ensino Médio, o gráfico mostra, ao compararmos os dois triênios pesquisados, um aumento na taxa média de distorção idade / conclusão no município de Maricá, fazendo com que ela se aproximasse da do CONLESTE, cujo aumento foi pequeno, e se distanciasse da do Estado do Rio de Janeiro, que apresentou ligeira queda. No geral, as taxas são muito altas, demonstrando que mais da metade dos alunos do Ensino Médio concluem esse nível de ensino com idade mais elevada que a vista como adequada. As taxas são também muito maiores que as do Ensino Fundamental, apresentadas pelo indicador anterior.

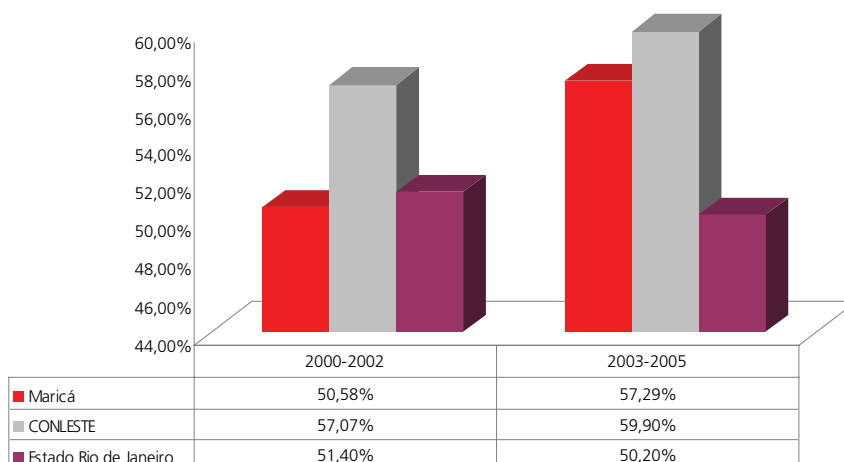
Em 2006, a taxa de masculinidade entre os matriculados no Ensino Fundamental em Maricá foi mais alta que as taxas médias desse municípios

### Distorção idade/conclusão do Ensino Fundamental



Fonte: INEP

### Distorção idade/conclusão no Ensino Médio



Fonte: INEP

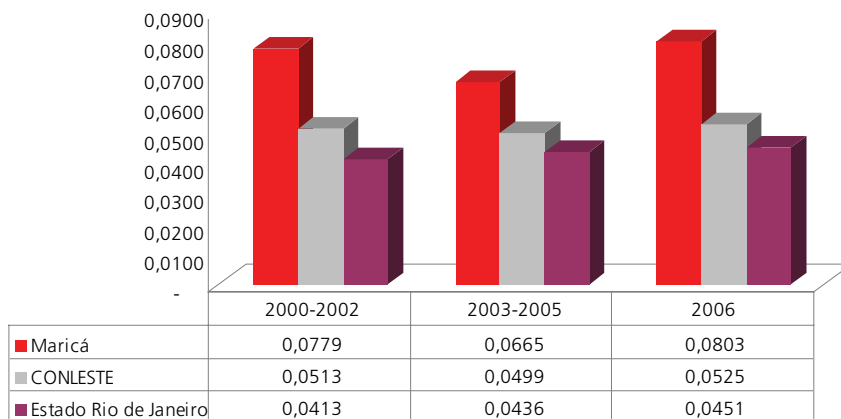
<sup>1</sup> Esta defasagem de idade e de sexo é medida em termos das chamadas taxas de distorção. A distorção idade/série refere-se à diferença entre a idade real dos alunos matriculados ou concluintes de determinada série escolar e aquela esperada para tal ano baseado no fluxo escolar normal (sem repetência). Com relação ao sexo dos alunos, chama-se taxa de masculinidade a diferença entre alunos e alunas matriculados ou concluintes dividida pelo número de alunos do sexo masculino.

nos triênios anteriores. Foi também mais alta que as médias do CONLESTE e do Estado do Rio de Janeiro. Embora nenhuma delas seja muito alta, a taxa de Maricá já mostra a maior retenção de alunos do sexo masculino se comparada à de alunas, ao longo desse nível de ensino. A comparação com os dados do próximo indicador, relativo à taxa de masculinidade entre os concluintes, dá mais luzes a essa questão.

Quanto à taxa de masculinidade na conclusão do Ensino Fundamental, as taxas negativas correspondem à maior presença de alunos do sexo feminino entre os concluintes do Ensino Fundamental. As taxas, por si só, já são elevadas, mas ganham ainda mais

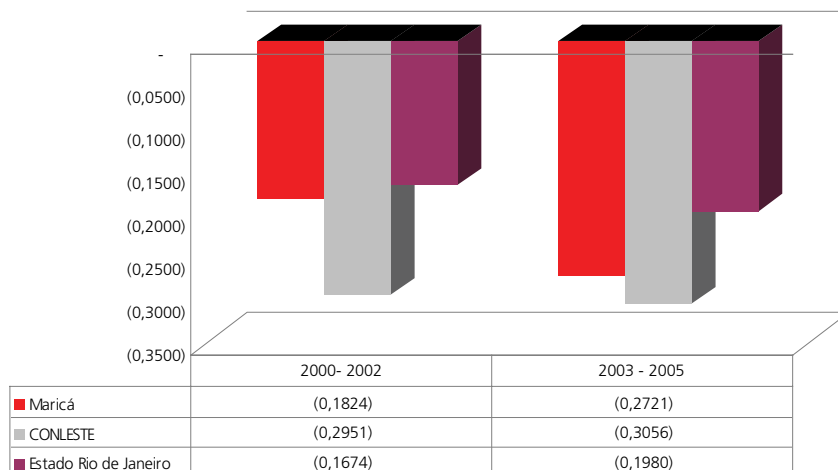
significação se comparadas às taxas de masculinidade entre as matrículas, explicitadas no indicador anterior, que mostram a primazia de alunos do sexo masculino. Assim, há mais alunos do que alunas matriculados, mas há muito mais alunas do que alunos concluintes. Isso mostra não só a retenção maior de alunos do sexo masculino, mas também a alta evasão existente entre esses alunos. Mostra, principalmente, a necessidade de implementação e de aprofundamento de políticas que corrijam o fluxo escolar desses alunos. As taxas de Maricá decrescem ainda mais no segundo triênio pesquisado, aproximando-se da taxa do CONLESTE e distanciando-se da do Estado do Rio de Janeiro.

#### Taxa de masculinidade nas matrículas do Ensino Fundamental



Fonte: INEP

#### Taxa de masculinidade dos concluintes do Ensino Fundamental



Fonte: INEP



IGUALDADE ENTRE  
SEXOS E VALORIZAÇÃO  
DA MULHER

# ODM3

## PROMOVER A IGUALDADE ENTRE OS SEXOS E A AUTONOMIA DAS MULHERES

---

**Meta 4B** Reduzir pela metade a defasagem salarial entre gêneros até 2012.

Indicadores:

- Participação feminina no mercado formal de trabalho e no perfil de trabalhadores admitidos e desligados nos municípios do CONLESTE
- Diferencial de remuneração por gênero e grau de instrução para diferentes setores de atividade

Este ODM trata da igualdade entre os sexos que, apesar de assegurada na constituição brasileira, ainda não é uma realidade na prática se consideramos as grandes disparidades existentes em diversas áreas da sociedade.

No escopo deste Objetivo, os indicadores propostos visam acompanhar a participação feminina no mercado de trabalho da região para o período de 2000 a 2006, bem como a diferença de remuneração entre homens e mulheres, no contexto de monitorar a evolução da meta de igualdade entre os gêneros.

O percentual de mulheres no mercado de trabalho formal no município de Maricá, em 2006 (42,0%), era superior ao observado para o CONLESTE (35,7%), o Estado do Rio de Janeiro

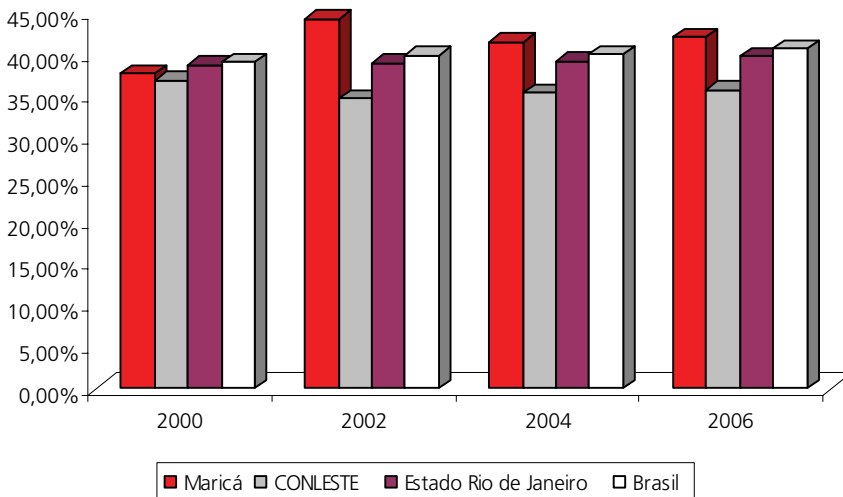
(39,7%) e o Brasil (40,7%). Dentre os municípios do CONLESTE, aquele município ocupava a 6ª posição em termos da participação feminina. Entre 2000-2006, esta participação aumentou em 4,4 pontos percentuais naquele município, o quinto melhor resultado dentre os municípios do CONLESTE. Este desempenho diverge com a evolução geral do CONLESTE (no qual se observa uma redução de 1,2 ponto percentual na participação feminina), mas acompanha a tendência de aumento da participação feminina no total do Estado do Rio de Janeiro (de 1,1 ponto) e no total do Brasil (de 1,6 ponto).

O diferencial de remuneração feminina diz respeito à diferença entre a remuneração de mulheres e homens

para o mesmo posto de trabalho. No município de Maricá, observa-se que, em 2006, o valor do mesmo (99,2%) era superior ao observado para o CONLESTE (82,1%), o Estado do Rio de Janeiro (82,7%) e o Brasil (82,4%).

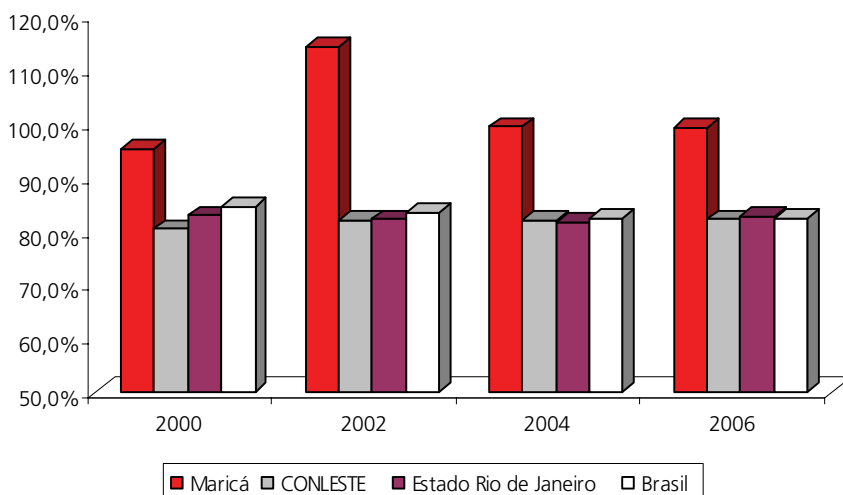
Quanto ao comportamento desta taxa no período 2000-2006, o diferencial de remuneração feminina elevou-se em 3,9 pontos percentuais naquele município, o terceiro melhor resultado dentre os municípios do CONLESTE. Em termos comparativos, a evolução do diferencial observado no município era superior ao observado para o Estado do Rio de Janeiro (queda de 0,1 ponto percentual no diferencial) e o país (queda de dois pontos percentuais no diferencial).

Participação feminina no mercado de trabalho formal (percentual)

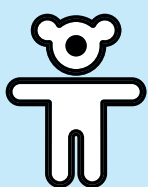


Fonte: RAIS (MTE)

Diferencial de remuneração feminina



Fonte: RAIS (MTE)



4

REDUZIR A  
MORTALIDADE INFANTIL

# ODM4

## REDUZIR A MORTALIDADE NA INFÂNCIA

---

**META 5A** Reduzir em dois terços entre 2000 e 2012 a mortalidade de crianças menores de 5 anos, nos municípios do CONLESTE.

Indicadores:

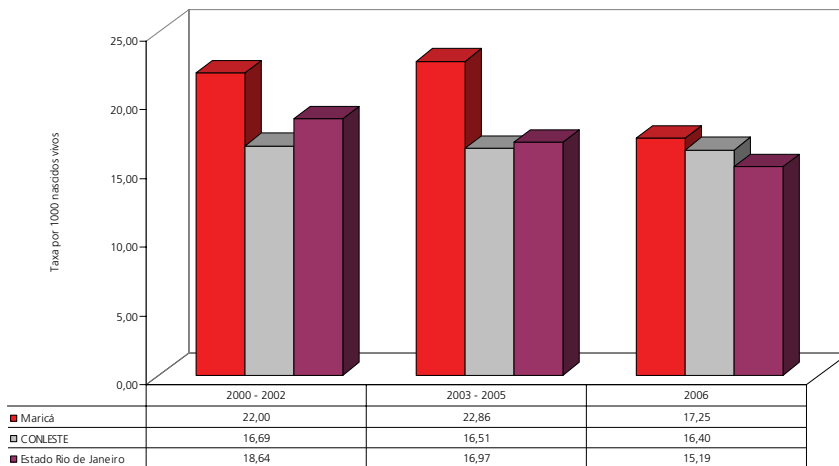
- Taxa de mortalidade em menores de 5 anos e mortalidade proporcional entre menores de 5 anos, segundo grupos de causas
- Taxa de mortalidade infantil e mortalidade proporcional segundo grupos de causas e grupos de idade (0 a 6 dias, 7 a 27 dias, 28 a 364 dias)
- Proporção de internações por doenças respiratórias em menores de 5 anos nos municípios do CONLESTE

Neste ODM, destaca-se o indicador referente à mortalidade infantil, que estima o risco de morte dos nascidos vivos durante o primeiro ano de vida. De um modo geral, este indicador expressa o desenvolvimento socioeconômico e a infraestrutura do ambiente, que condicionam a desnutrição infantil e as infecções a ela associadas. O acesso e a qualidade dos recursos de atenção à saúde materno-infantil são também determinantes da mortalidade neste grupo etário.

No período de 2000 a 2002, Maricá, segundo a OMS, apresentou taxa de mortalidade infantil intermediária (maior que 20,00 óbitos por mil nascidos vivos). Esta taxa foi superior

aos valores do Estado e da região do CONLESTE. Entre 2003 a 2005 houve um pequeno aumento da taxa do município. Em 2006, verifica-se uma redução na taxa do município, porém, ainda superior à taxa do Estado e da região. Para todo o período, as médias registradas para o CONLESTE e para o Estado apresentaram uma tendência descendente. Maricá não mostrou uma tendência, porém, ao comparar os períodos de 2000 a 2002 e de 2003 a 2005 com o ano de 2006, nota-se uma redução na taxa de mortalidade infantil, mas sempre superiores às taxas do Estado e do CONLESTE durante todo o período analisado.

#### Mortalidade infantil no município de Maricá



Fonte: SIM/SINASC/DATASUS



5

MELHORAR A SAÚDE  
DAS GESTANTES

# ODM5

## MELHORAR A SAÚDE MATERNA

---

**META 6A** Reduzir em três quartos entre 2000 e 2012 a taxa de mortalidade materna, nos municípios do CONLESTE.

Indicadores:

- Taxa de mortalidade materna e proporção de óbitos maternos segundo grupo de causas nos municípios do CONLESTE
- Proporção de tipos de partos (vaginal ou cesárea) assistidos por profissionais de saúde nos municípios do CONLESTE



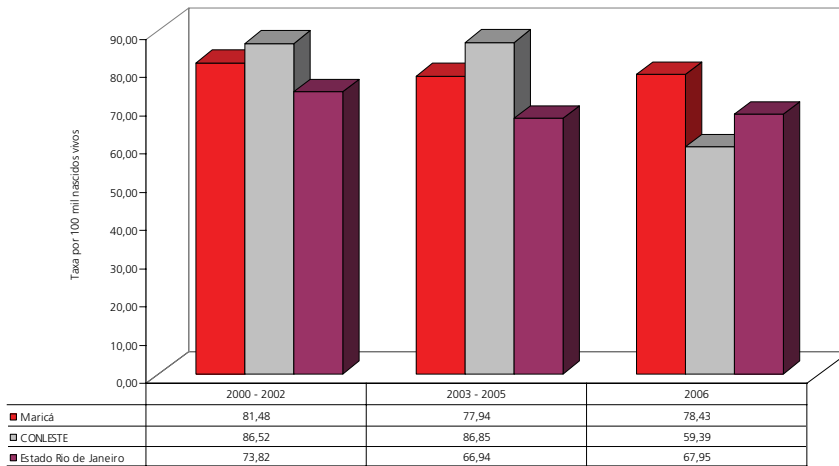
A mortalidade materna pode ser considerada um excelente indicador de saúde, não só da mulher, mas da população em geral, refletindo importantes desigualdades sociais em saúde.

Esta taxa reflete a qualidade da assistência à saúde da mulher. Taxas elevadas estão associadas à baixa qualidade na prestação de serviços de saúde durante os períodos de gravidez e após o parto (puerpério), contribuindo na avaliação dos níveis de saúde e de desenvolvimento socioeconômico.

No período de 2000 a 2002, o município de Maricá apresentou taxa de mortalidade materna superior à

taxa do Estado e inferior à taxa da região do CONLESTE. Entre 2003 e 2005 houve uma pequena redução na taxa, ficando essa acima da taxa do Estado e abaixo da região. Em 2006, ocorreu um ligeiro aumento na taxa municipal, tornando-se superior à taxa do Estado e do CONLESTE. Para todo o período esse indicador manteve um padrão irregular tanto para o município de Maricá, como para o Estado. A região do CONLESTE apresentou redução da taxa de mortalidade materna no período analisado.

## Mortalidade materna



Fonte: SIM/SINASC/DATASUS



6

COMBATER A AIDS,  
A MALÁRIA E OUTRAS  
DOENÇAS

# ODM6

## COMBATER O HIV/AIDS, A MALÁRIA E OUTRAS DOENÇAS

---

**META 7A** Até 2012 reduzir a incidência de tuberculose, nos municípios do CONLESTE.

Indicador:

- Taxa de incidência de tuberculose nos municípios do CONLESTE

**META 7B** Até 2012 reduzir a incidência de AIDS nos municípios do CONLESTE.

Indicador:

- Taxa de incidência de AIDS nos municípios do CONLESTE

**META 8A** Até 2012, reduzir a incidência de dengue, hepatite A e hanseníase nos municípios do CONLESTE.

Indicadores:

- Taxa de incidência de dengue nos municípios do CONLESTE
- Taxa de incidência de hepatite A nos municípios do CONLESTE
- Taxa de detecção de hanseníase nos municípios do CONLESTE

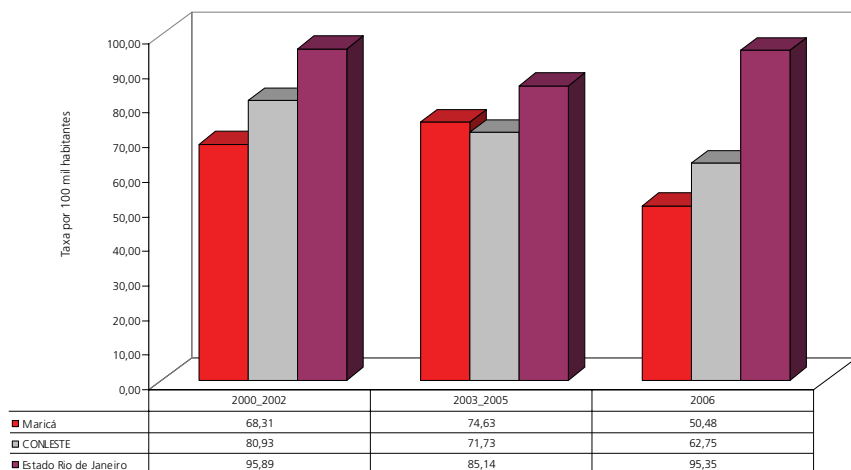
Dentre os indicadores compreendidos pelo ODM 6, destaca-se, neste boletim, o indicador referente à taxa de incidência de tuberculose nos municípios do CONLESTE. A tuberculose é considerada um problema de saúde pública prioritário no Brasil. Apesar de ser uma doença grave, a conduta terapêutica adequada possibilita a cura de praticamente 100% dos casos novos.

Estima-se que um terço da população mundial esteja infectado com o *Mycobacterium tuberculosis*, agente etiológico (causador) da doença. No Brasil, são registrados por ano cerca de cinco a seis mil óbitos por tuberculose. Considerada uma endemia diretamente associada às condições de vida precá-

rias, a ocorrência de tuberculose nas populações tem sido atribuída à persistência da desnutrição e da pobreza.

No período de 2000 a 2002, Maricá apresentou uma taxa de incidência de tuberculose inferior à taxa do Estado e da região do CONLESTE. Entre 2003 e 2005 houve um aumento da taxa do município, sendo essa inferior à taxa do Estado e superior à da região. Em 2006, ocorreu uma redução na taxa do município, ficando inferior às taxas do Estado e do CONLESTE. Observa-se, para todo o período, que Maricá e o Estado apresentaram um padrão irregular nas taxas de incidência de tuberculose. Já as médias observadas para o CONLESTE apresentaram uma tendência descendente.

### Incidência de tuberculose



FONTE: SINANI/BGE

Fonte: SINANI/BGE



**QUALIDADE DE VIDA  
E RESPEITO AO MEIO  
AMBIENTE**

# ODM7

## GARANTIR A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

---

**META 9** Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas e reverter a perda de recursos naturais.

Indicadores:

- Proporção de áreas cobertas por florestas por município do CONLESTE
- Proporção das áreas protegidas em unidades de conservação

**META 10A** Reduzir em 20% até 2012, os domicílios sem acesso às redes gerais de água e de esgoto e à coleta de resíduos sólidos.

Indicadores:

- Percentual de domicílios particulares permanentes urbanos com acesso à rede de água e à rede geral de esgoto nos municípios do CONLESTE
- Percentual da área urbana com acesso à coleta de resíduos sólidos nos municípios do CONLESTE

**META 11A** Até 2012, ter alcançado uma melhora significativa na vida de pelo menos 10% dos habitantes de assentamentos precários que moram nos municípios do CONLESTE.

Indicadores:

- Percentual da área ocupada por assentamentos precários em relação à área urbana por município do CONLESTE
- Percentual de domicílios em assentamentos precários, em relação ao total de domicílios urbanos, por município do CONLESTE
- Percentual de assentamentos precários regularizados, em relação ao total de assentamentos precários, por município do CONLESTE
- Percentual de assentamentos precários urbanizados (água potável, esgotamento sanitário adequado, coleta de lixo doméstico e vias calçadas), em relação ao total de assentamentos precários, por município do CONLESTE
- Percentual de moradias regulares produzidas por meio de programas oficiais para famílias com renda até seis salários mínimos em relação ao total de domicílios em assentamentos precários, por município do CONLESTE

A maior parte do CONLESTE encontra-se localizada dentro da Região Ecológica da Floresta Ombrófila Densa (Floresta Tropical Pluvial), parte do domínio do Bioma Mata Atlântica, que ainda se desdobra em ambientes de manguezais e restingas.

Com base em dados do ano 2000, as áreas urbanas ocupam um percentual representativo da área total do CONLESTE (5,39%), concentrando-se em núcleos que acompanham quase de forma contínua os eixos rodoviários, com destaque para o aglomerado São Gonçalo – Itaboraí. Mesmo com alterações associadas às atividades urbana e agrícola, as fisionomias ainda apresentaram uma área remanescente represen-

tativa, ocupando 39,3% do CONLESTE.

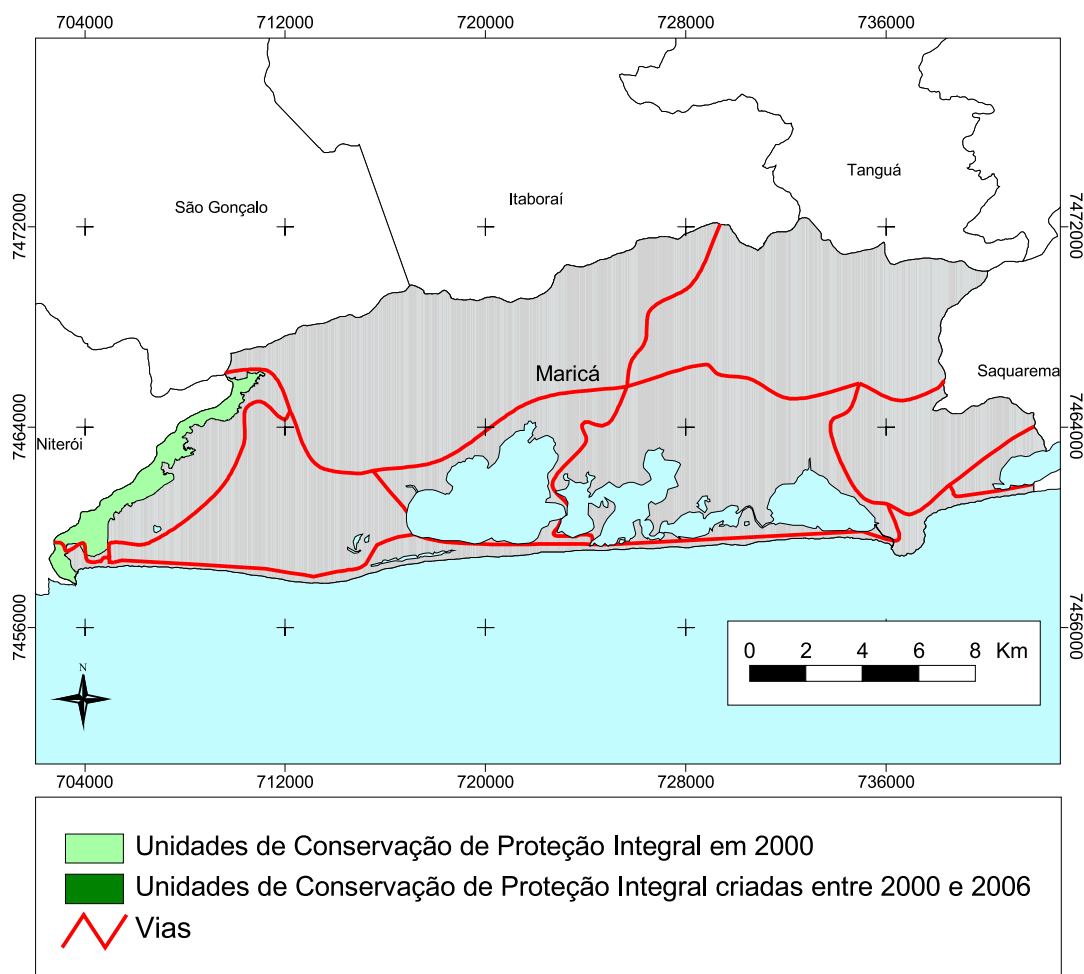
Com relação à meta que trata do acesso às redes de água e esgoto, será central o conceito de saneamento ambiental, entendido aqui como o acompanhamento das áreas ambientais e também do conjunto das ações que envolvem abastecimento de água, esgoto sanitário e coleta de resíduos sólidos. O saneamento ambiental emerge como um dos pontos mais vulneráveis da chamada crise urbana. Neste sentido, trata-se de um tema que demanda a urgente correção dos rumos adotados até o momento em parte significativa dos municípios brasileiros.

O município de Maricá possuía 2,6% de sua área protegida em unida-

de de conservação de proteção integral em 2000. Esta área corresponde à parte do Parque Estadual da Serra da Tiririca, na divisa com o município de Niterói. Este Parque tem atraído uma atenção especial devido à importância para preservação da fauna e da flora característica da Floresta Ombrófila Densa e à pressão a que ela está submetida por situar-se em uma região de crescimento acelerado e forte especulação imobiliária. Esta situação não sofreu alteração no período entre 2000 e 2006.

Com relação ao percentual de domicílios permanentes urbanos com acesso às redes gerais de água e esgoto no município de Maricá, no período de 2000 a 2006<sup>2</sup>, o crescimento do nú-

### Proporção das áreas protegidas em unidades de conservação



Fonte: IBAMA/IEF - RJ

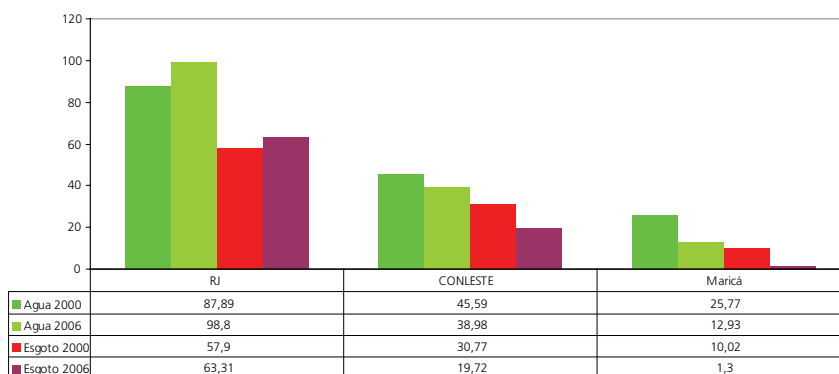
<sup>2</sup> Para o ano 2000, o IBGE (Censo Demográfico 2000) se constituiu na principal fonte dos dados sobre saneamento ambiental e número de domicílios permanentes urbanos. Já para construção do perfil relativo ao ano 2006 não existem dados do IBGE para os municípios, portanto, as concessionárias responsáveis pelas redes de abastecimento de água e de coleta de esgoto constituíram-se nas principais fontes de dados. Diferente do Censo Demográfico que não distingue os meios formais e informais de abastecimento de água e esgotamento sanitário, as concessionárias contabilizam apenas as ligações formais. Isso poderia explicar a redução, ou mesmo inexistência de domicílios com acesso à rede de água e/ou esgoto no período analisado. Para a obtenção do número de domicílios permanentes urbanos, a concessionária AMPLA, responsável pelo abastecimento de energia elétrica de todos os municípios incluídos no CONLESTE, foi a principal fornecedora de dados, reconhecida pela abrangência de seu serviço e por possuir um banco de dados atualizado semestralmente.

mero de domicílios atingiu 202,48% no município, enquanto o Estado do Rio de Janeiro somente 15,40%. No entanto, como observado em quase todos os municípios do CONLESTE, este crescimento não foi acompanhado pela ampliação dos serviços de infraestrutura urbana.

No que se refere ao abastecimento de água, o município apresentou um crescimento de 51,79% no número de domicílios particulares permanentes urbanos com acesso ao serviço, abrangendo, em 2006, 12,93% dos domicílios, enquanto a média do Estado era de 98,80%. Quanto ao serviço de esgoto, segundo informações da CEDAE, apenas 748 dos 57.323 domicílios possuíam acesso ao serviço, em 2006, ou seja, 1,30% dos domicílios.

Com relação a assentamentos precários, o município apresentava, no ano de 2000, um total de 1.517 unidades habitacionais distribuídas em 14 assentamentos urbanos precários, o que

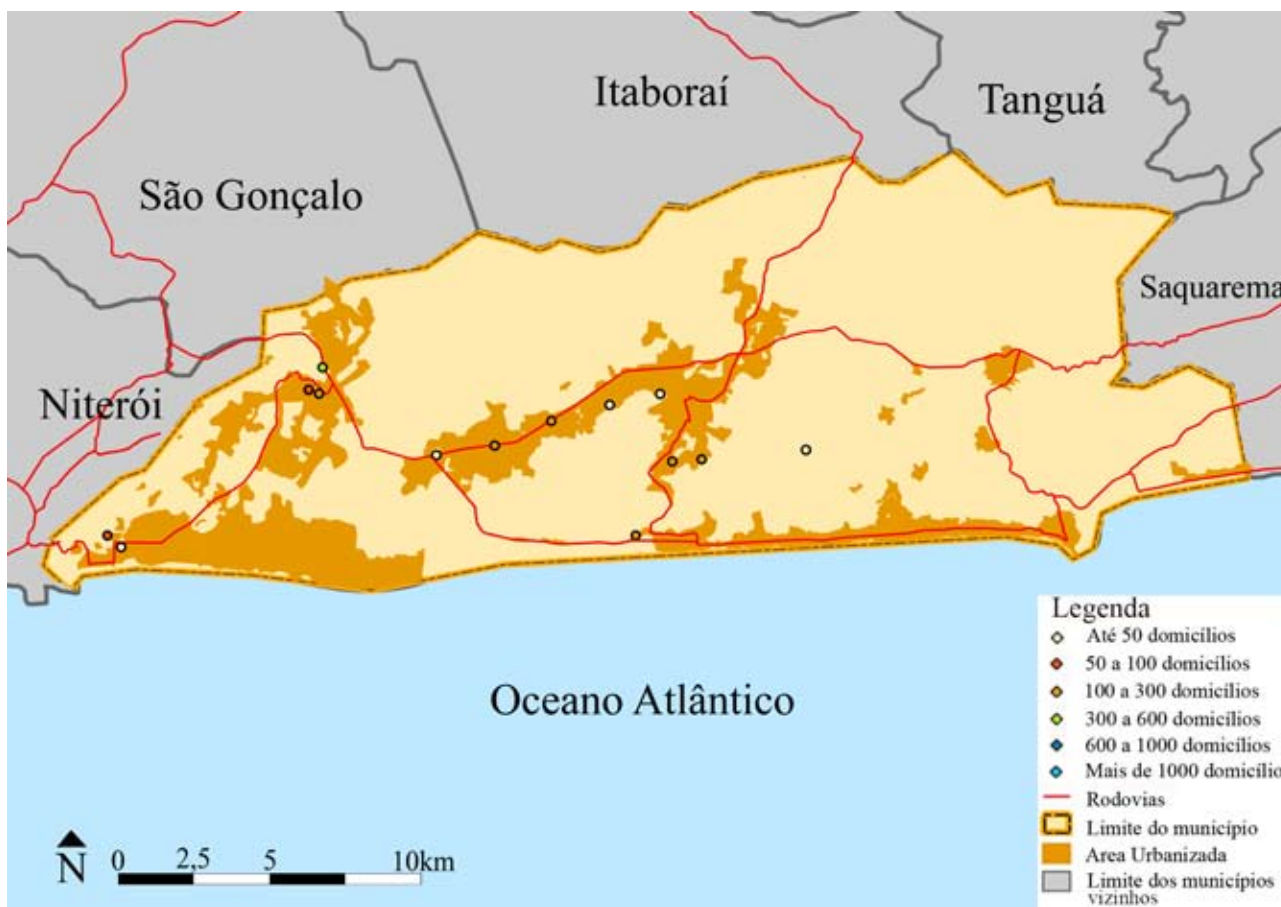
Percentual de domicílios urbanos com acesso à rede de água e à rede de esgoto



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000, Concessionárias e Prefeituras 2006. Elaboração Equipe de Urbanismo / UFF, 2008.

representava 7,56% dos 18.951 domicílios. A área ocupada por esses assentamentos correspondia a 0,29% da área urbanizada. Com relação a ações relativas à política habitacional, não houve produção de novas moradias, nem ações de urbanização e/ou regularização fundiária de assentamentos naquele ano.

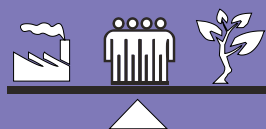
Percentual de domicílios em assentamentos precários, em relação ao total de domicílios urbanos em Maricá



Elaboração: Equipe de Urbanismo / UFF, 2008.

Localização dos Assentamentos Precários Urbanos no município de Maricá, 2000.

9

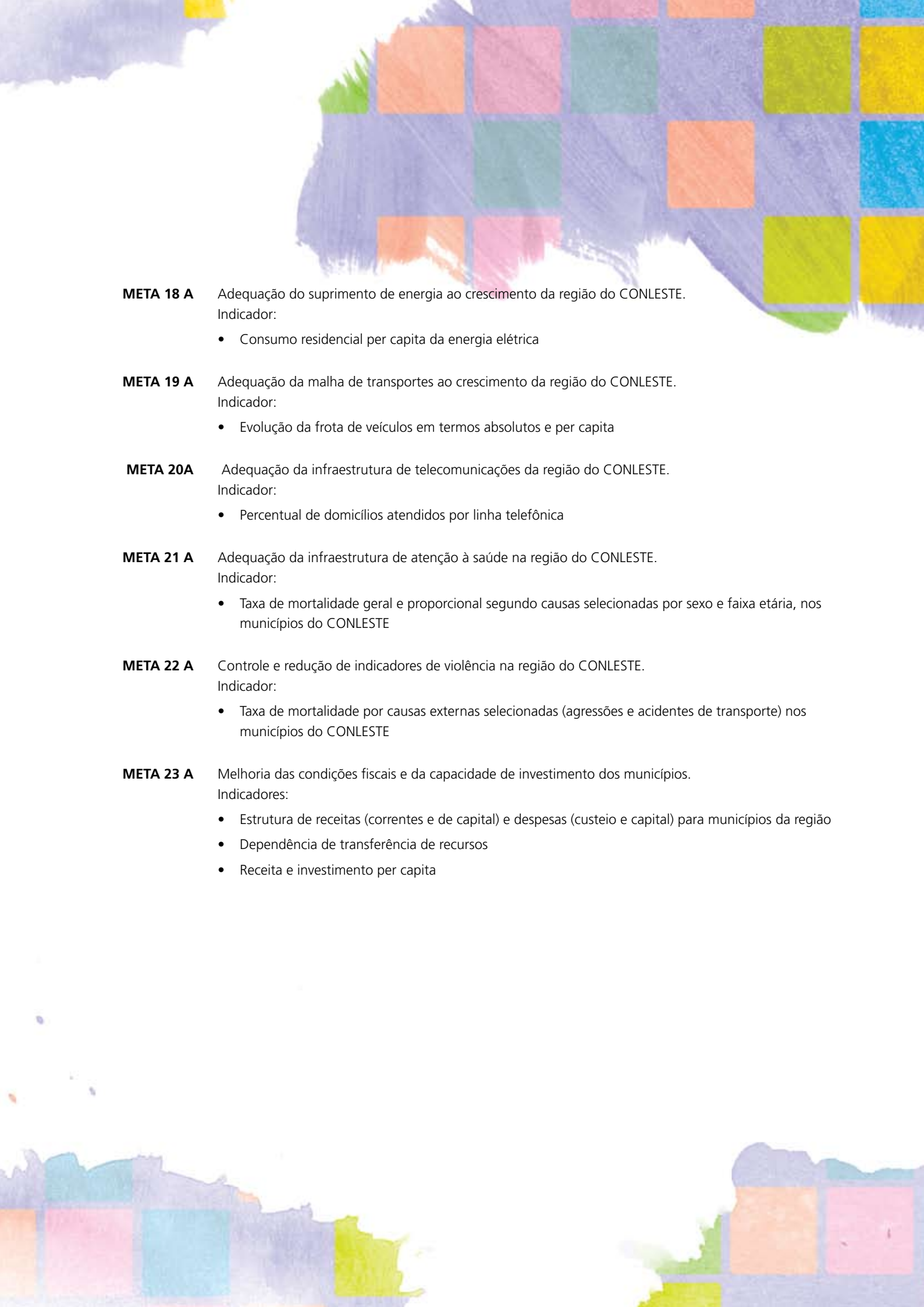


DEL E EQUIDADE SOCIAL  
NO CONLESTE

# ODM9

## ACELERAR O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL, COM REDUÇÃO DE DESIGUALDADES NA REGIÃO DO CONLESTE

- 
- META 12A** Viabilização de crescimento continuado da região acima do crescimento do Estado e do país.  
Indicadores:
- Evolução do PIB a preços constantes
  - Valor adicionado (proxy do PIB) dos setores agropecuário, industrial e de serviços a preços constantes
  - Participação do valor adicionado (proxy do PIB) do setor agropecuário, industrial e de serviços
  - PIB per capita a preços constantes
- META 13 A** Atração de mão-de-obra qualificada para a região.  
Indicador:
- Evolução do perfil de trabalhadores desligados e contratados na região em termos de setor de ocupação, grau de qualificação e faixa de remuneração
- META 14 A** Melhoria do perfil do mercado de trabalho na região.  
Indicadores:
- Evolução da PIA, PEA e POC e de taxas de ocupação, participação e desemprego
  - Distribuição da população ocupada formal e de seu rendimento por grau de escolaridade, faixa de rendimento, tamanho de estabelecimento e setor de atividade
- META 15 A** Dinamização do padrão de especialização produtiva da região.  
Indicador:
- Especialização, concentração e diversificação da estrutura produtiva da região
- META 16 A** Dinamização de cadeias produtivas locais.  
Indicador:
- Identificação da estrutura e monitoramento do emprego de 4 cadeias produtivas na região
- META 17 A** Fortalecimento do empreendedorismo na região.  
Indicadores:
- Número de PMEs criadas na região e empregos gerados por setor de atividade
  - Evolução do número de admitidos e desligados no setor de comércio varejista



**META 18 A** Adequação do suprimento de energia ao crescimento da região do CONLESTE.

Indicador:

- Consumo residencial per capita da energia elétrica

**META 19 A** Adequação da malha de transportes ao crescimento da região do CONLESTE.

Indicador:

- Evolução da frota de veículos em termos absolutos e per capita

**META 20A** Adequação da infraestrutura de telecomunicações da região do CONLESTE.

Indicador:

- Percentual de domicílios atendidos por linha telefônica

**META 21 A** Adequação da infraestrutura de atenção à saúde na região do CONLESTE.

Indicador:

- Taxa de mortalidade geral e proporcional segundo causas selecionadas por sexo e faixa etária, nos municípios do CONLESTE

**META 22 A** Controle e redução de indicadores de violência na região do CONLESTE.

Indicador:

- Taxa de mortalidade por causas externas selecionadas (agressões e acidentes de transporte) nos municípios do CONLESTE

**META 23 A** Melhoria das condições fiscais e da capacidade de investimento dos municípios.

Indicadores:

- Estrutura de receitas (correntes e de capital) e despesas (custeio e capital) para municípios da região
- Dependência de transferência de recursos
- Receita e investimento per capita



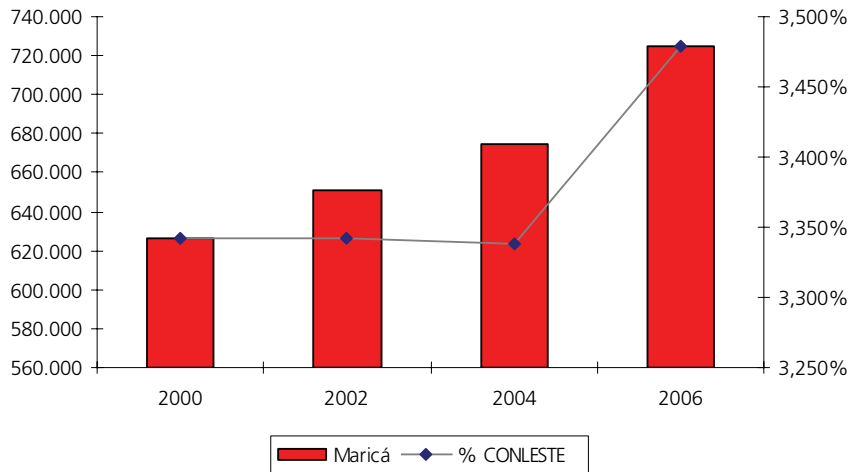
O ODM 9 – acelerar o processo de desenvolvimento local, com redução das desigualdades na região do CONLESTE – foi elaborado a partir de uma adaptação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU a esta região. Dentre as metas compreendidas neste ODM, destacam-se para análise neste boletim as seguintes áreas: crescimento econômico na região (PIB), mercado de trabalho e mão-de-obra, especialização produtiva, evolução de cadeias produtivas, empreendedorismo, fornecimento de energia, infraestrutura de saúde, indicadores de violência na região e, por fim, um panorama das condições fiscais dos municípios.

O PIB no município de Maricá se eleva de R\$ 626 milhões em 2000 para R\$ 725 milhões em 2006, equivalendo a um crescimento real de 15,7%, o quarto maior dentre os municípios do CONLESTE. A participação do município no PIB do CONLESTE se eleva entre 2000-2006, saindo de 3,3% em 2000 e atingindo 3,5% ao final do período. Observa-se também que o crescimento do PIB no município entre 2000-2006 (15,7%) era superior ao observado para o conjunto do CONLESTE (11,2%), mas inferior ao do Estado (17,7%) e ao do país (18,7%).

O PIB per capita do município de Maricá se eleva de R\$ 9.111,00 em 2000 para R\$ 7.317,00 em 2006, equivalendo a um decréscimo real de 19,7%, o maior dentre os municípios do CONLESTE. Verifica-se também que o decréscimo do PIB per capita no município entre 2000-2006 (19,7%) contrastava com o observado para o conjunto do CONLESTE (queda de 1,2%), para o Estado (aumento de 5,4%) e para o país (aumento de 5,6%). Dentre os municípios do CONLESTE, Maricá posicionava-se como o quinto mais bem colocado em termos do valor absoluto do PIB per capita (R\$ 7.317,00), que se localizava abaixo da média do CONLESTE (R\$ 9.299,00), e bem abaixo da média do Estado do Rio de Janeiro (R\$ 17.240,00) e da média do país (R\$ 12.491,00).

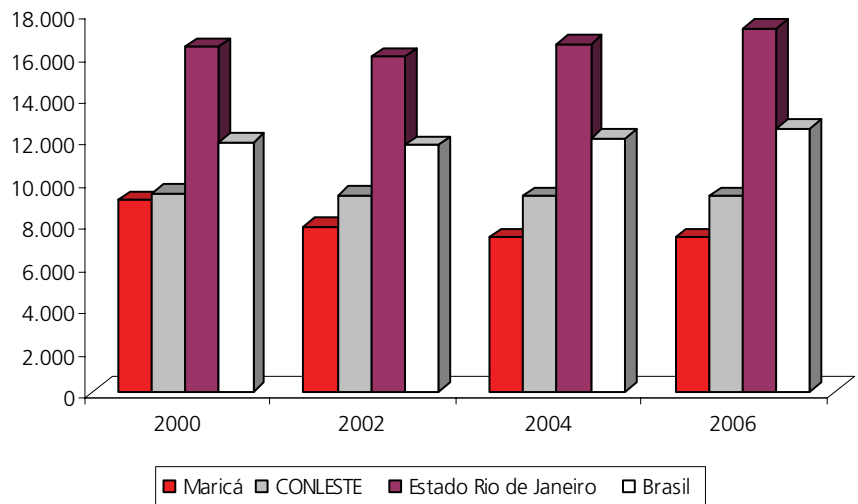
Com relação à criação de postos de trabalho, informações levantadas a partir do Ministério do Trabalho e Emprego

### Evolução do PIB a preços constantes



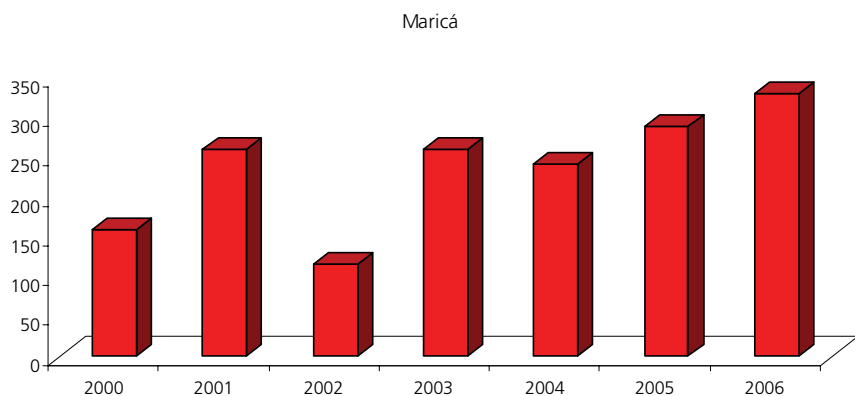
Fonte: IBGE

### PIB per capita a preços constantes de 2006



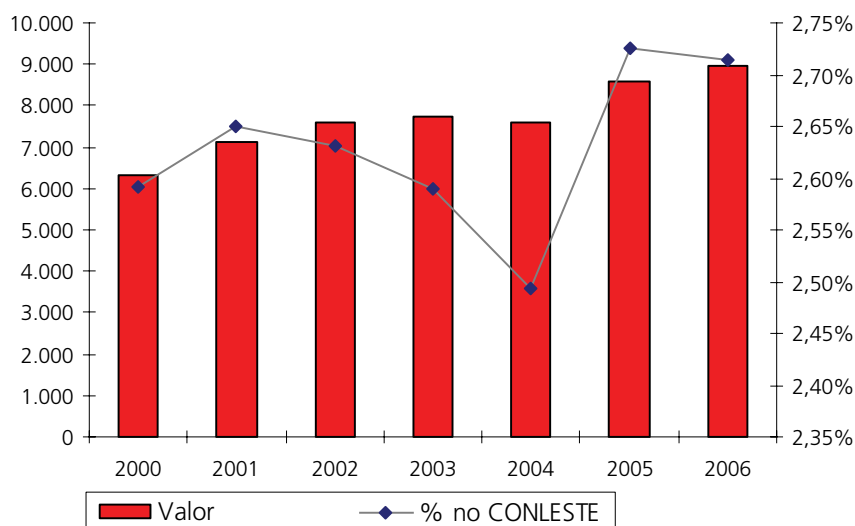
Fonte: IBGE

### Saldo líquido de admissões menos desligamentos



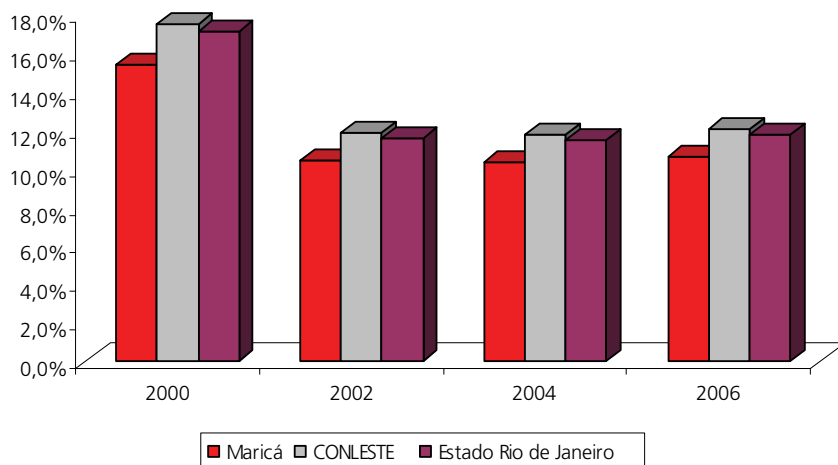
Fonte: CAGED-MTE

Evolução do emprego formal no município



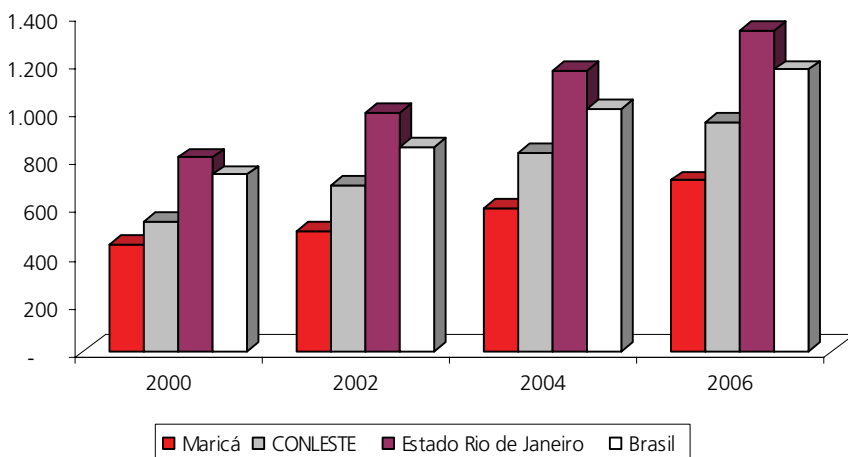
Fonte: RAIS/MTE

Evolução da taxa de desemprego



Fonte: Estimativas da equipe de Economia a partir de dados do Censo (IBGE) e da PNAD (IBGE)

Remuneração média mensal dos trabalhadores



Fonte: RAIS/MTE

(CAGED-MTE) indicavam que na média do período 2000-2006 foi gerado um saldo líquido médio anual de aproximadamente 237 postos de trabalho no município de Maricá, ou de 1.661 postos de trabalho para o conjunto do período. Observa-se também aumento do saldo de 2000 a 2006. Na média do período, o município de Maricá era aquele com o sexto maior valor em termos do saldo líquido de empregos gerados, dentre todos os municípios do CONLESTE.

Entre 2000-2006, o total de empregos formais contabilizados no município de Maricá cresceu 41,6%, evoluindo de 6.340 para 8.980 postos de trabalho. Ao longo daquele período, o município foi o sexto no qual o emprego formal mais cresceu, dentre os municípios do CONLESTE. Além disso, observa-se que, no CONLESTE, Maricá localizava-se na 6ª posição em termos do montante do emprego formal gerado em 2006. Ao longo do período 2000-2006, o município ganhou pequena participação no total do emprego formal do CONLESTE, aumentando de 2,6% em 2000 para 2,7% em 2006.

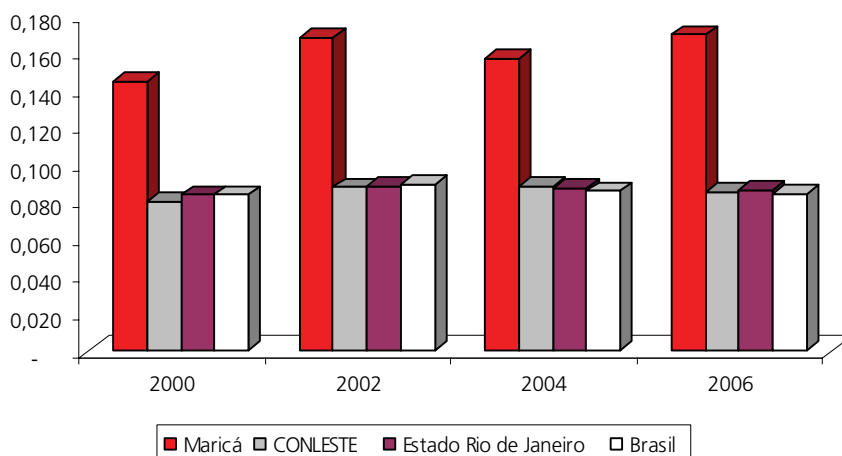
Quanto à taxa de desemprego estimada, esta atingia 10,6% em 2006, a quinta menor dentre os municípios do CONLESTE. Esta taxa era inferior à média da região (12,1%) e do Estado do Rio de Janeiro (11,8%). Ao longo do período 2000-2006, a taxa de desemprego no município de Maricá reduziu-se em 4,8 pontos percentuais, segundo a estimativa realizada.

Quanto ao nível de remuneração média mensal da mão de obra formal empregada, observa-se que a mesma evolui de R\$ 440,00 em 2000 para R\$ 707,00 em 2006, correspondendo a um crescimento de 60,5%, inferior ao crescimento da remuneração na região (76,7%), no Estado (65,5%) e muito pouco acima no País (60,1%). Este maior crescimento auxilia na redução do "gap" relativo ao nível de remuneração do emprego formal no município, que ainda era, em 2006, expressivamente inferior à média do Estado (R\$ 1.330,00) e do País (R\$ 1.170,00).

O indicador relativo à dinamização do padrão de especialização produtiva da região<sup>3</sup> trata do grau de concentração das atividades produtivas no município de Maricá, comparativamente ao conjunto da região do CONLESTE, ao Estado do Rio de Janeiro e ao país.

Em 2006, o município posicionava-se na 8ª posição entre os municípios do CONLESTE em termos do nível de diversificação da estrutura produtiva (à frente apenas dos municípios de Casimiro de Abreu, Guapimirim e Silva Jardim). Em termos comparativos, o valor do índice de concentração de Herfindhal para o conjunto de atividades econômicas observado no município (0,170) era superior à média do CONLESTE (0,086), do Estado (0,086) e do país (0,084). Entre 2000-2006, este índice aumentou 17% no município (o quarto maior aumento entre os municípios do CONLESTE), evidenciando pouca diversificação da estrutura produtiva, en-

### Concentração produtiva



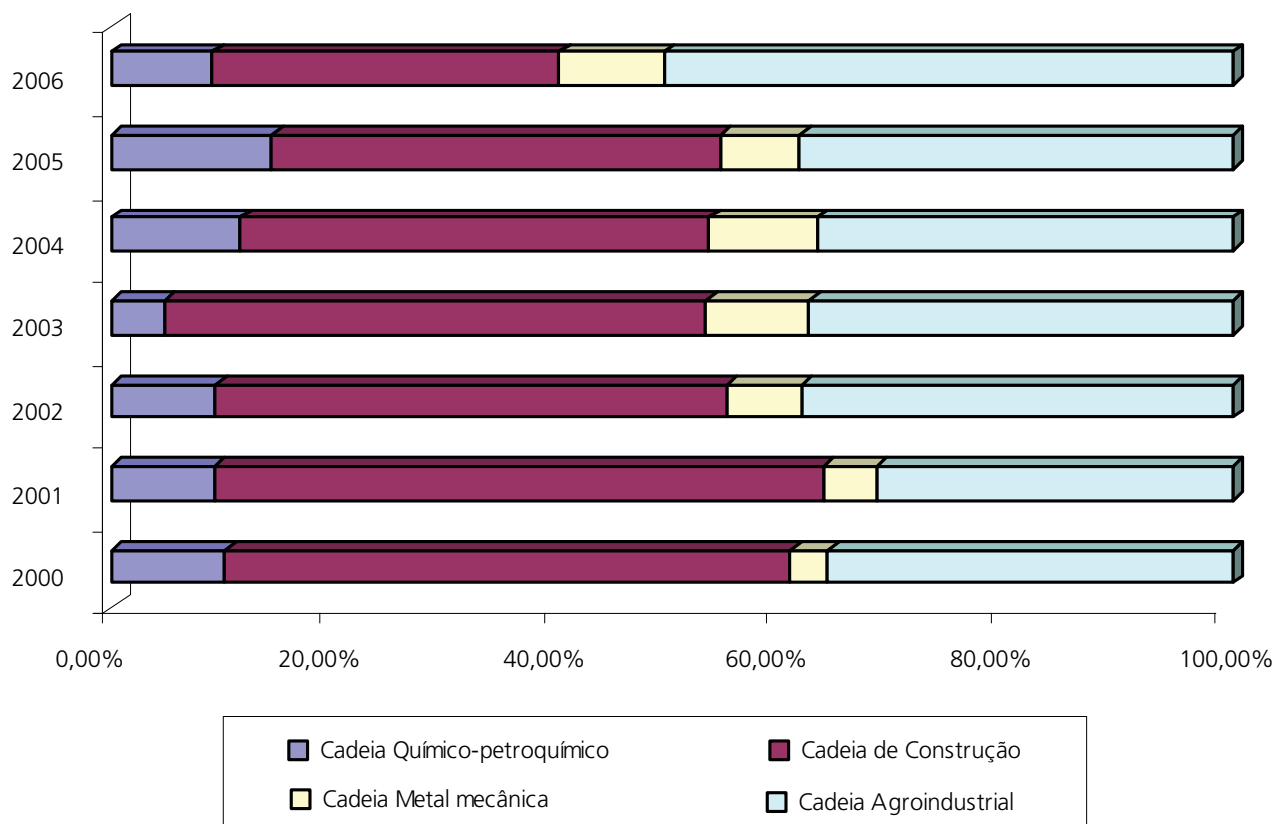
Fonte: Elaborado pela equipe de Economia a partir de dados da RAIS/MTE

quanto o mesmo índice cresceu para o CONLESTE (em 6,8%), o Estado (3,0%) e o país (0,6%).

Com relação à evolução de cadeias produtivas no município considerando as quatro cadeias produtivas seleciona-

das para investigação - Agroindustrial; Químico-petroquímica; Metal-mecânica; Construção civil - verifica-se que, em 2006, dos empregos gerados por essas cadeias, 50,7% concentravam-se na cadeia agroindustrial e 30,9% na cadeia

### Empregos em cadeias produtivas



Fonte: RAIS/MTE

<sup>3</sup> Este indicador foi avaliado por meio do índice de Herfindhal a 2 dígitos, indicando o nível de desagregação de setores econômicos utilizado. Este índice foi calculado para os diversos municípios e para o conjunto da região considerando informações relativas à distribuição do emprego por diferentes setores de atividade (nível de desagregação setorial a dois dígitos da classificação CNAE). Quanto mais próximo de 1 o índice, maior a concentração produtiva. Isto é, menor o número de empresas em determinada atividade econômica, com correspondente menor grau de concorrência nestes setores econômicos.

de construção. Ao longo do período 2000-2006, o crescimento mais expressivo do emprego foi observado na cadeia metal-mecânica (296,3%) e na cadeia agroindustrial (106,0%).

No que se refere ao fortalecimento do empreendedorismo, o número de Pequenas e Médias Empresas (PMEs) no município de Maricá passou de 773 no ano 2000 para 1.026 em 2006, correspondendo a um aumento de 32,7%, a terceira maior variação dentre os municípios do CONLESTE. Como reflexo desse crescimento, a participação do município no total de PMEs do CONLESTE aumentou de 3,4% para 4,0%.

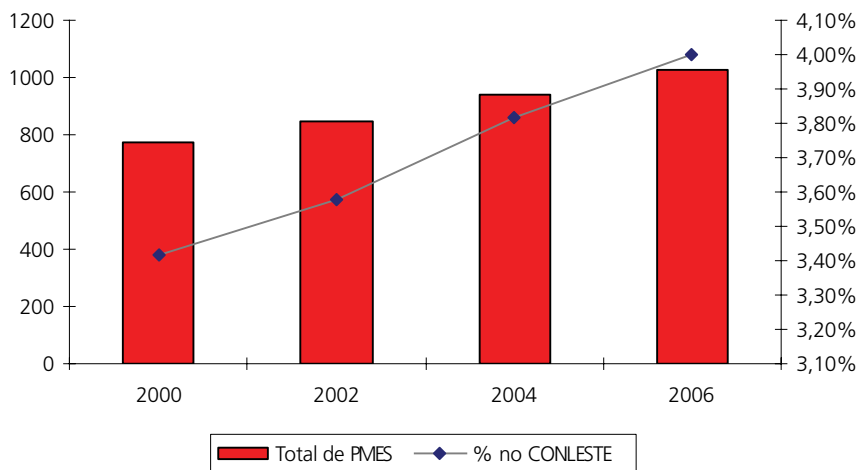
Já em termos do total de empregos gerados pelas PMEs no município, verifica-se um crescimento da ordem de 49,4% entre 2000 e 2006, com os mesmos evoluindo de 3.742 para 5.592, o quarto maior crescimento no CONLESTE. Em razão desse crescimento, a participação do município no total de empregos gerados por PMEs no CONLESTE aumentou de 2,73% para 3,15%.

O consumo de eletricidade per capita apresentou crescimento de 26,7% entre 2003 e 2006 no município de Maricá, valor acima da média do CONLESTE (19,4%). Em comparação com os demais municípios da região, Maricá posicionava-se como o 3º município no qual o consumo per capita de energia elétrica mais cresceu, chegando à taxa de 876 kWh per capita em 2006.

Quanto às condições fiscais, o município de Maricá apresentava uma situação de desequilíbrio orçamentário em 2006, ou seja, as receitas eram relativamente menores que as despesas públicas. Essa situação era distinta da observada no CONLESTE, que apresenta um equilíbrio e superior à do Estado do Rio de Janeiro, no qual se identifica um déficit de 21% no mesmo ano.

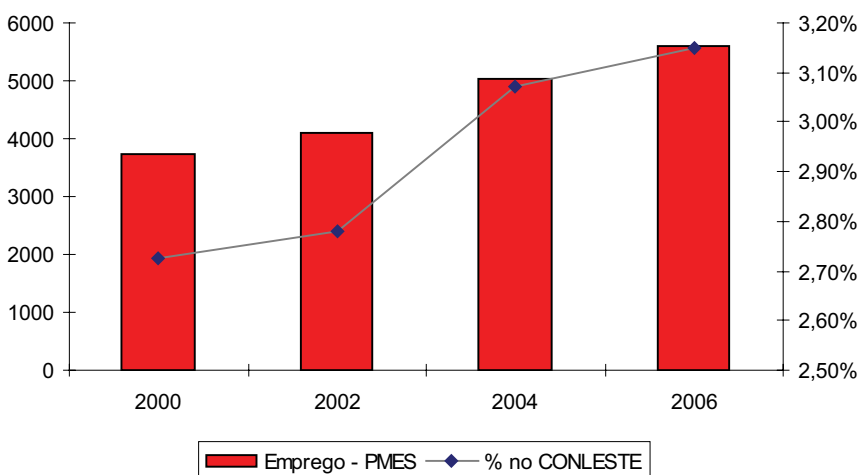
Já em termos de receita orçamentária per capita corrente, observa-se em 2006 um valor para o município de Maricá (R\$ 869,48) superior à média do CONLESTE (R\$ 805,00) e inferior ao valor para o total do Estado (R\$ 1.729,00). Entre 2000-2006, a receita orçamentária per capita corrente elevou-se em 12,8% no município, contra um cres-

Evolução do total de PMES



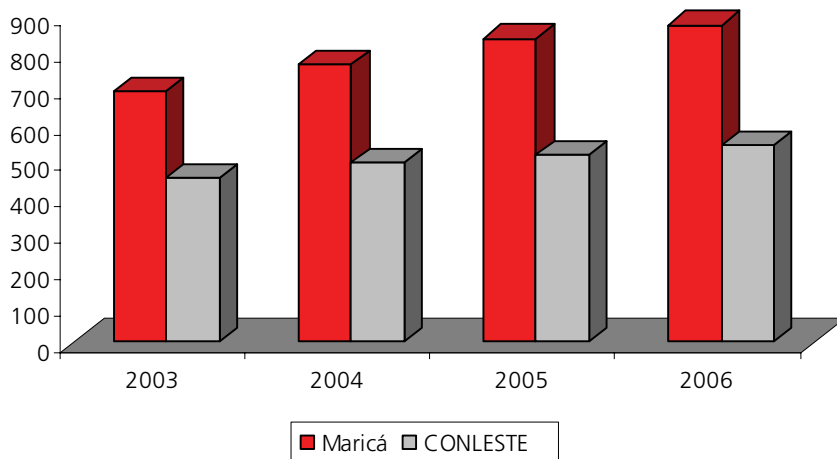
Fonte: RAIS/MTE

Volume de emprego gerado por Pequenas e Médias Empresas (PMEs)



Fonte: RAIS/MTE

Consumo residencial per capita de energia elétrica (kWh)

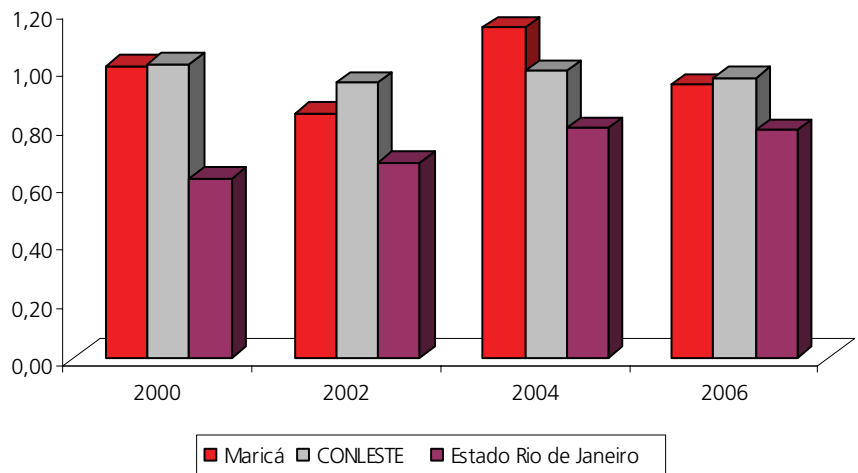


Fonte: AMPLA

cimento de 25,3% para o CONLESTE e de 41,1% para o total do Estado.

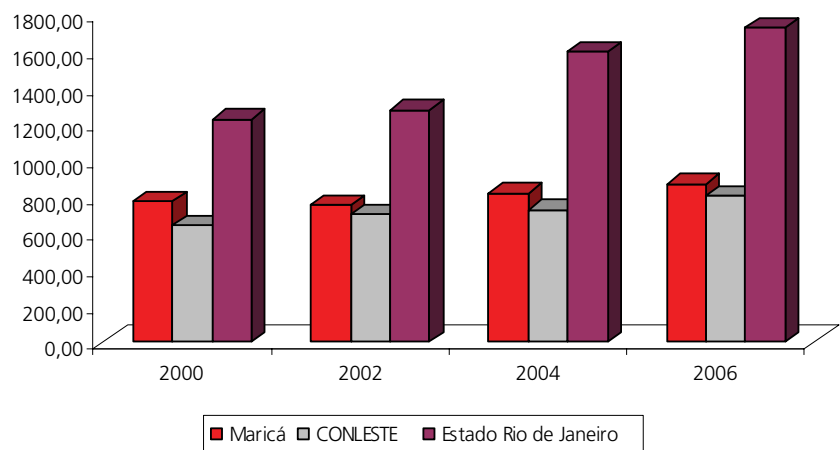
O município de Maricá apresentava um investimento per capita em torno de R\$ 215,24 em 2006, bem acima da média do CONLESTE (R\$ 92,00) e do Estado (R\$ 110,00). Entre 2000-2006, este investimento per capita elevou-se em 153,4% no município, contra um crescimento de 45,8% para o CONLESTE e uma queda de 40,3% para o total do Estado.

### Equilíbrio orçamentário



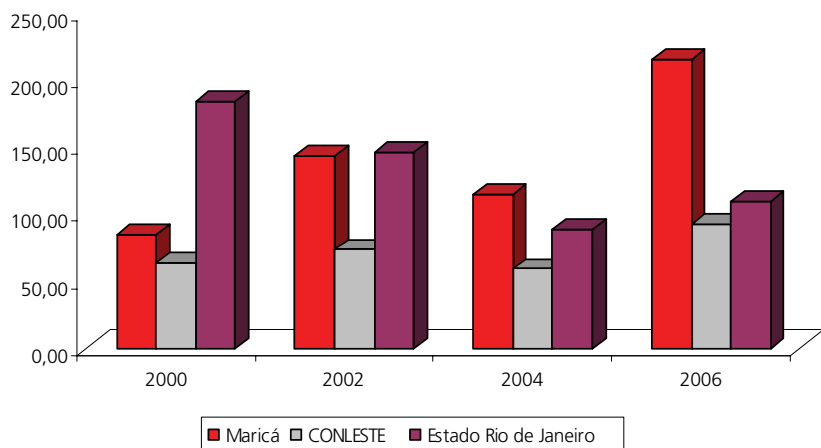
Fonte: Elaborado pela equipe de Economia a partir de dados da FINBRA – STN e do TCE-RJ

### Receita Orçamentária per capita corrente



Fonte: Elaborado pela equipe de Economia a partir de dados da FINBRA – STN e do TCE-RJ

### Investimento público per capita



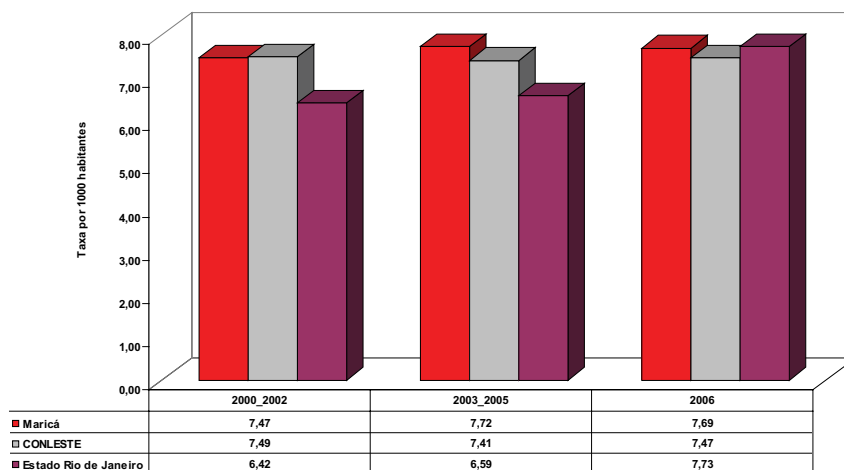
Fonte: Elaborado pela equipe de Economia a partir de dados da FINBRA – STN e do TCE-RJ

Com relação à taxa de mortalidade geral, no período de 2000 a 2002, Maricá apresentou taxa de mortalidade geral padronizada superior à taxa do Estado e muito próxima à taxa da região do CONLESTE. Entre 2003 a 2005 houve um pequeno aumento da taxa do município, ficando superior à taxa do Estado e da região. Em 2006, verifica-se uma leve redução na taxa do município, ficando essa abaixo da taxa do Estado e acima da taxa do CONLESTE. Para todo o período, Maricá e a região do CONLESTE apresentaram um padrão estável na taxa de mortalidade geral, diferente do Estado que apresentou uma tendência ligeiramente ascendente.

O município de Maricá, no período de 2000 a 2002 registrou taxa de mortalidade por acidentes de transporte superior à taxa do Estado e inferior à da região do CONLESTE. Entre 2003 a 2005 ocorreu um aumento na taxa do município, tornando-se superior às taxas registradas para o Estado e para a região. Em 2006, nota-se uma leve redução na taxa de mortalidade do município, porém permaneceu superior às taxas do Estado e do CONLESTE. Para todo o período, Maricá não mostrou um padrão nas taxas, as médias observadas para o Estado mantiveram-se constantes, enquanto que as do CONLESTE apresentaram um padrão de declínio.

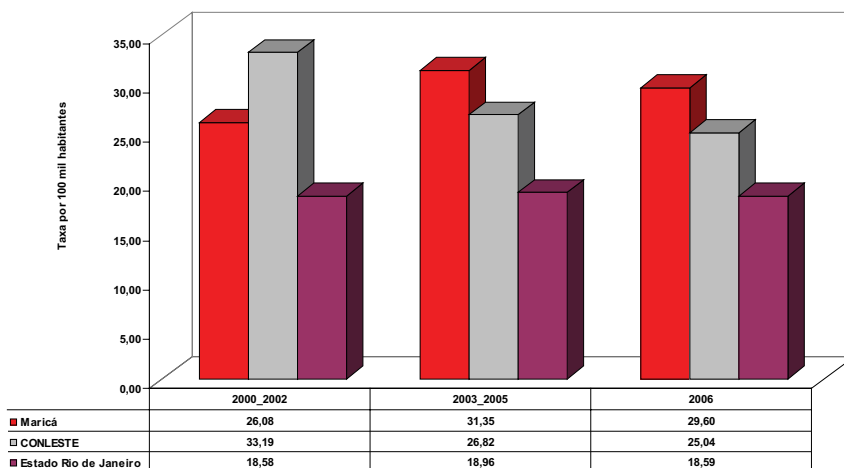
No período de 2000 a 2002, o município de Maricá apresentou taxa de mortalidade específica por agressão inferior à taxa do Estado, porém superior à da região do CONLESTE. Entre 2003 e 2005 houve uma pequena queda na taxa do município, tornando-se inferior à taxa do Estado e da região. Em 2006, observa-se uma outra redução na taxa de mortalidade do município, permanecendo inferior às taxas do Estado e à do CONLESTE. Maricá, para todo o período, mostrou uma tendência descendente das taxas de mortalidade por agressão, as médias observadas para o Estado apresentaram uma tendência descendente, enquanto que as do CONLESTE não apresentaram padrão.

### Taxa de mortalidade geral padronizada por 1.000 habitantes



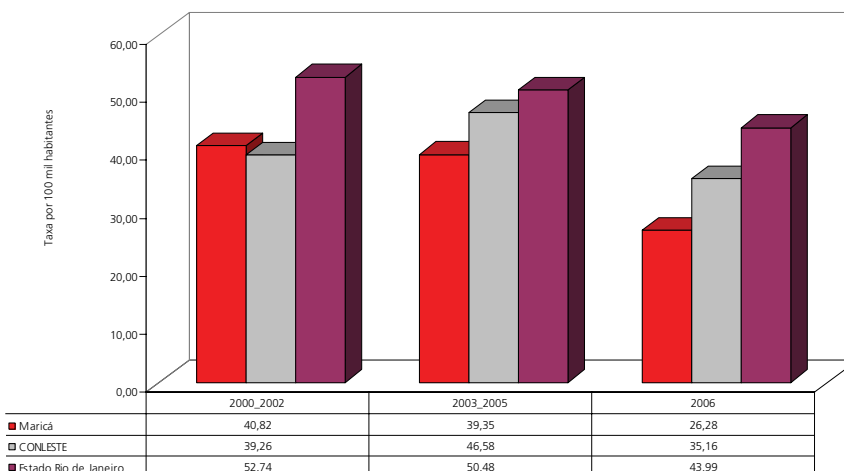
Fonte: SIM-DATASUS / IBGE

### Mortalidade por acidentes de transporte



Fonte: SIM-DATASUS / IBGE

### Mortalidade por agressões



Fonte: SIM-DATASUS / IBGE



## REALIZAÇÃO

---

**ONU HABITAT**  
POR UN MEJOR FUTURO URBANO

## PARCEIROS

---



## APOIO

---

Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense  
– CONLESTE

Município de Cachoeiras de Macacu	Município de Niterói
Município de Casimiro de Abreu	Município de Rio Bonito
Município de Guapimirim	Município de São Gonçalo
Município de Itaboraí	Município de Silva Jardim
Município de Magé	Município de Tanguá
Município de Maricá	

